

O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx - uma polêmica

Claus M. Germer*

Introdução

A teoria do dinheiro de Marx, apesar da sua consistência e profundidade, permaneceu praticamente intocada pelos autores marxistas após a publicação do *O Capital*. A partir do final dos anos 1980, porém, tornou-se objeto de um crescente debate, refletido em número considerável de textos. No Brasil isto também ocorreu, embora em escala muito menor. Um ponto específico em discussão diz respeito à natureza física do dinheiro na teoria de Marx, isto é, se o dinheiro deve ou não consistir em uma mercadoria. Dois artigos recentemente publicados na *Revista da SEP* (Corazza, 1998; Carcanholo, 2001) discutem o assunto com referências críticas específicas a artigos de minha autoria, publicados neste periódico e em outros (Germer, 1996, 1997a, 1997b, 1999). O presente artigo procura enfrentar as críticas dos autores citados, não para meramente rebatê-las, mas para contribuir para aprofundar e tornar mais preciso o meu próprio entendimento do tema. Toma-se como base da crítica o artigo de Corazza, porque dá expressão mais clara às concepções que rejeitam o caráter de mercadoria do dinheiro, que Carcanholo segue no fundamental, com argumentos complementares, que serão apontados.

O objetivo do artigo é demonstrar, em primeiro lugar, que Marx, na sua teoria, explícita e inequivocamente define o dinheiro como uma mercadoria, não havendo qualquer possibilidade de interpretação diversa. Em segundo lugar, procura-se explicitar os fundamentos teóricos, propostos por Marx, para demonstrar a necessidade lógica de que o dinheiro seja uma mercadoria. Em outras palavras, o que se pretende é identificar com precisão a concepção de Marx sobre o caráter do dinheiro e seus fundamentos teóricos, e não se esta concepção é verdadeira ou falsa. Sendo assim, a demonstração não pode basear-se em referências ambíguas e opiniões vagas, mas deve basear-se nos escritos do próprio Marx, apresentando a estrutura lógica da sua teoria e situando em sua obra as passagens essenciais à demonstração. Mas as citações literais devem ser selecionadas criteriosamente, como ilustração das conexões lógicas expostas, e não retiradas dos contextos em que se encontram para apoiar argumentos pontuais. Isto é essencial no presente caso, pois Corazza apresenta citações em apoio à sua interpretação dos conceitos de Marx, que não coincidem com estes, o que não pode ser comprovado porque Corazza não apresenta os conceitos de

Marx.

O dinheiro como forma do valor

Corazza defende duas teses básicas, atribuindo-as indevidamente a Marx: a primeira, de que não é necessário que o dinheiro seja uma mercadoria, isto é, que o seja como decorrência lógica da estrutura da teoria; a segunda, de que a forma mercadoria do dinheiro é apenas a primeira forma que assume no seu desenvolvimento, evoluindo depois para formas ‘cada vez mais imateriais’. Neste artigo procurarei demonstrar que ambas as teses são infundadas e conflitantes com a teoria de Marx. Corazza interpreta de modo equivocado os conceitos básicos de ‘valor’, ‘forma de valor’ e ‘dinheiro’, atribuindo indevidamente a Marx a sua interpretação, e omite por completo o conceito fundamental de valor de troca. Por outro lado, no processo de abstração procede de modo idealista, também francamente divergente de Marx. Estes dois aspectos serão a seguir examinados. O meu primeiro procedimento é demonstrar, passo a passo, que estes conceitos são interpretados por Corazza de modo divergente das definições rigorosas e inequívocas de Marx. Este esclarecimento permitirá melhor identificar a lógica da teoria do dinheiro de Marx, que Corazza e Carcanholo apreendem de modo distorcido.

O ponto de partida deve ser o conceito de dinheiro, exposto por Corazza como se correspondesse ao de Marx, mas que difere nitidamente deste. O elemento fundamental da tese de Corazza, de que na teoria de Marx o dinheiro não deve ser necessariamente uma mercadoria, reside no fato de que, segundo Corazza, Marx distingue o dinheiro em si do material que o representa, ou seja, o dinheiro seria uma coisa, enquanto o material que chamamos dinheiro seria outra. Segundo Corazza, para Marx o dinheiro é uma essência imaterial que necessita de um suporte físico, para nele ‘encarnar-se’, podendo este ser qualquer material, não apenas o ouro nem necessariamente uma mercadoria.

Estas definições são frontalmente divergentes das de Marx, como passo a demonstrar. Na conceituação de Marx o dinheiro e o material de que é feito são a mesma coisa, uma vez que o dinheiro é o nome que se dá à mercadoria que desempenha a função de equivalente geral de valor. Isto pode ser facilmente demonstrado por uma leitura cuidadosa do primeiro capítulo do *O Capital*, devendo-se prestar atenção tanto ao que Marx diz quanto ao que deixa de dizer. Em primeiro lugar, após constatar que cada mercadoria possui tantos valores de troca quantas são

as mercadorias com as quais é trocada, Marx deduz que isto implica que estas mercadorias, embora diferentes umas das outras, possuem algo em comum que permite que sejam igualadas duas a duas: “o que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor” (OCI, p. 47). O valor é, inicialmente, apenas o nome daquilo que é comum às diferentes mercadorias. Mas o que é esta coisa que as mercadorias possuem em comum, que se denomina valor?

Nem sempre se percebe - e Corazza parece também não tê-lo percebido - que, após definir o valor como “o que há de comum às diferentes mercadorias”, Marx analisa três aspectos que o caracterizam: a substância, a quantidade e a forma. O que todas as mercadorias possuem em comum é o fato de serem produtos do trabalho humano, mas apenas de um dos aspectos deste, o trabalho abstrato, pois diferem em relação aos trabalhos concretos de que resultam. Portanto, a substância do valor é o trabalho abstrato. O segundo aspecto do valor, analisado por Marx - a sua quantidade - é a quantidade da substância comum, o trabalho abstrato, medido pelo tempo da sua realização.

O terceiro aspecto, finalmente, é aquele que interessa ao presente debate. É a forma do valor, que é o dinheiro. O próprio Corazza repete em outras partes do texto esta última proposição de Marx - de que o dinheiro é a forma do valor - mas confere a esta afirmação um sentido bem diferente do que possui na teoria de Marx, especialmente quando define o dinheiro como ‘pura forma imaterial do valor’. Esta definição decorre do seu desejo de demonstrar que o dinheiro não é uma mercadoria, o que exige pressupor que o material de que se faz o dinheiro difere deste e não lhe é essencial. Eis o seu argumento: o dinheiro é o nome da forma do valor, que não coincide com o material que lhe serve de suporte, pois a forma do valor é uma essência imaterial separada do material que a representa. Para que esta extravagante interpretação da teoria do dinheiro de Marx fosse convincente, Corazza deveria expor a sua demonstração pelo próprio Marx. Como Marx não o fez, Corazza apóia a sua interpretação em frases do autor extraídas dos seus contextos e espalhadas em diferentes lugares de diferentes das suas obras, quando seria mais fácil e direto apoiar-se no texto específico em que Marx desenvolve o seu conceito do dinheiro, que é o primeiro capítulo do *O Capital*. Corazza não o faz porque não fornece fundamento à sua interpretação equivocada desta teoria. O único meio de esclarecer a

divergência de interpretações sobre esta questão é restabelecer a exposição feita por Marx do desenvolvimento do dinheiro, o que permite demonstrar que o entendimento de Corazza, seguido por Caranholo, diverge do de Marx. Começemos por identificar as definições precisas, tal como formuladas por este autor, dos conceitos aqui discutidos:

i) o primeiro conceito a definir é o de forma do valor, essencial na exposição de Marx e na interpretação de Corazza, mas cuja definição este omite. Segundo Marx a forma do valor de uma mercadoria é seu valor de troca, como se pode comprovar facilmente, pois esta identificação consta do próprio título do item 3 do cap. 1 de OCI, que é “A forma de valor ou o valor de troca” (OCI, p. 53, grifo acrescentado), ou seja, a forma do valor é o valor de troca. Marx enfatiza isto repetidamente, sendo talvez mais significativa a passagem que se encontra nas *Glosas*, onde se dedica a dar detalhes do seu método: “... examino por extenso, em uma seção especial, a *forma do valor, isto é, o desenvolvimento do valor de troca ...*” (Marx, 1966, p. 713, itálicos acrescentados). Em vista disto, é de surpreender que Corazza sequer mencione a importância do valor de troca como conceito, o que seria necessário porque o valor de troca é a forma necessária de manifestação do valor, e este fato destrói a versão do conceito de dinheiro que Corazza atribui a Marx. A relevância deste conceito na análise de Marx está expressa na sua afirmação de que “partimos (...) do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto” (OCI, p. 54);

ii) dizer que a forma de valor é o valor de troca, porém, não é uma definição. É preciso pois definir o valor de troca, com o que se define ao mesmo tempo o conceito de forma de valor. Marx o define de modo inequívoco: “o valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual *valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie*” (OC, I, p. 46, itálicos acrescentados). O valor de troca, portanto, é meramente a relação que se estabelece entre as quantidades de duas mercadorias na troca. Em seguida Marx exemplifica: “determinada mercadoria, 1 *quarter* de trigo, por exemplo, troca-se por x de graxa de sapato, ou por y de seda ...”, etc., e conclui que, “assim, *o trigo possui múltiplos valores de troca ...*”, ou seja, possui múltiplas formas de valor. Note-se que *x graxa de sapato* é um valor de troca de 1 quarter de trigo, portanto é uma *forma de valor* de 1 quarter de trigo. Nada há de ‘puro’, ‘impuro’ ou ‘imaterial’ na demonstração, pois o

fato claro e simples é que, na relação de troca, uma mercadoria serve de valor de troca ou *forma do valor* da outra. Marx repete isto cansativamente, o que torna a omissão do conceito de valor de troca por Corazza ainda mais significativa. Para não haver dúvida, registre-se o entendimento de Marx do “valor de troca como maneira necessária de expressão ou *forma* [de manifestação] *do valor*” (Ibidem, p. 47 - chaves e itálicos acrescentados), afirmando de modo também inequívoco que “as mercadorias possuem uma *forma de valor* comum (...) - a *forma dinheiro*” (Ibidem, p. 54/DKI, p. 29, itálicos acrescentados). Ao iniciar a análise do desenvolvimento da forma do valor ou dinheiro, Marx fornece a fórmula da forma simples do valor - “x mercadoria A = y mercadoria B”, assinalando que “o *segredo de toda forma de valor* encerra-se nessa forma simples de valor” (Ibidem, p. 54, itálicos acrescentados). Isto significa que o segredo do dinheiro está nela contido, uma vez que “toda forma de valor” inclui a forma dinheiro, pois esta, segundo a definição de Marx transcrita acima, é uma forma do valor, a sua forma comum ou geral.

Note-se em primeiro lugar o que Marx diz através desta fórmula - que não há mais do que duas mercadorias sendo trocadas, e que neste pequeno universo se contém o segredo do dinheiro -, e em segundo lugar o que ele não diz - ele não distingue formas ‘puras’ de formas ‘impuras’ do valor, não menciona qualquer elemento imaterial nem sugere que tal elemento venha a introduzir-se. Se esta é a definição de valor de troca, e se o dinheiro é a mercadoria em confronto com a qual todas as demais fixam seu valor de troca (=preço), nenhum artifício retórico pode transformar o dinheiro em algo diferente de mercadoria, enquanto se estiver no interior da teoria de Marx.

Nas duas seções que concluem a análise da forma do valor (“Transição da forma geral para a forma dinheiro” e “Forma dinheiro”) Marx esforça-se para destacar o principal resultado a que chegou, que é precisamente que o dinheiro nada mais é que uma mercadoria, e que a forma dinheiro do valor em nada difere, na essência, da forma simples do valor, na qual todos os elementos que constituem o dinheiro já estão presentes, ressaltando que, com isto, toda a fantasmagoria com a qual se procura mistificar o dinheiro desaparece. Eis as passagens mais significativas: “A forma equivalente geral (...) pode ser recebida, portanto, por qualquer mercadoria” (OCI, p. 69). Note-se que Marx não faz qualquer referência, por mais insignificante que seja, à possibilidade de que o equivalente geral possa ser representado por algo que não seja uma mercadoria. Em seguida completa: “o *gênero específico de mercadoria*, com cuja

forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se *mercadoria dinheiro* ou funciona como dinheiro”, sendo que uma “*determinada mercadoria* conquistou historicamente essa posição privilegiada, o ouro” (Ibidem, p. cit., itálicos acrescentados). O significado inequívoco desta definição deve ser ressaltado: o dinheiro é a *mercadoria específica* que assume a função de equivalente geral, tornando-se a *mercadoria dinheiro*. Note-se que Marx não faz qualquer menção à hipótese de que o dinheiro-mercadoria seja a ‘primeira forma histórica do dinheiro’, a ser mais tarde substituída por ‘formas mais imateriais’, nem à possibilidade de que coisas diferentes de mercadorias possam ser dinheiro. Uma tal possibilidade fica totalmente excluída com o esclarecimento seguinte: “O ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por já antes ter-se contraposto a elas como mercadoria” (Ibidem, p. cit.), o que significa que só pode ser dinheiro algo que já tenha, previamente, se convertido em mercadoria. Se o ouro não fosse uma mercadoria, não poderia ser dinheiro. Disto se segue, cristalinamente, que o ouro poderia ser substituído por outra mercadoria na função de dinheiro, mas não por algo que não fosse uma mercadoria.

Para ser ainda mais explícito, Marx exemplifica: “A expressão relativa simples de valor de uma mercadoria, por exemplo, do linho, na *mercadoria que já funciona como mercadoria dinheiro*, por exemplo, o ouro, é a forma preço. A ‘forma preço’ do linho é pois: 20 varas de linho = 2 onças de ouro” (Ibidem, p. cit., itálicos acrescentados). Note-se que, ao dizer que o preço é a expressão do valor em uma *mercadoria* que já funciona como dinheiro, Marx não faz qualquer ressalva para indicar a possibilidade de que o preço seja representado por algo que não seja uma mercadoria. No último parágrafo desta seção Marx encerra a discussão do modo mais inequívoco possível, repetindo, como o fizera no início, que a explicação do dinheiro já está contida na forma simples do valor:

“A dificuldade no conceito da forma dinheiro se limita à compreensão da forma equivalente geral, portanto, da forma valor geral como tal, da forma III. A forma III se resolve, retroativamente, na forma II, a forma valor desdobrada, e seu elemento constitutivo é a forma I: 20 varas de linho = 1 casaco, ou x mercadoria A = y mercadoria B. A forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro” (Ibidem, p. 70).

Deve-se ressaltar que, em todas estas formas progressivas do valor os elementos da explicação são única e exclusivamente as mercadorias sendo trocadas, e que a forma dinheiro tem seu *elemento constitutivo* na forma simples: “a forma mercadoria

simples é o germe da forma dinheiro”. Como na forma simples do valor não há nada além de duas mercadorias, nenhuma das quais é apresentada por Marx como suporte físico de uma ‘essência imaterial’ do valor, verifica-se novamente que a mercadoria que está na forma equivalente, e que na forma geral vem a ser o dinheiro, é ela própria a forma do valor, e é apenas e nada mais que uma simples mercadoria. Como se mostrará, Corazza incorre em um equívoco idealista, ao conceber o valor como uma essência imaterial flutuando sobre as mercadorias, quando ele é, ao contrário, a expressão de uma característica muito material e objetiva, comum a todas as mercadorias - o trabalho abstrato -, que se explicita e se objetiva em uma delas à medida que o caráter mercantil da economia se expande e os produtos do trabalho vão convertendo-se em mercadorias e trocando-se por números crescentes de outras mercadorias.

O exposto até aqui é suficiente como demonstração formal de que o dinheiro, na concepção de Marx, é uma mercadoria, pois se o dinheiro é a forma do valor, se a forma do valor coincide com o valor de troca, e se o valor de troca é uma mera relação quantitativa entre dois valores de uso, segue-se que o dinheiro é um destes valores de uso, isto é, uma mercadoria. Em nenhum momento Marx sugere ou insinua que a mercadoria B, que constitui a forma do valor, seja o suporte físico de algo imaterial, que segundo Corazza, opondo-se a Marx, é que constitui a forma do valor.

O problema, como se vê, é bastante simples em comparação com as fantasiosas representações às quais a forma dinheiro dá origem, e é precisamente a simplicidade do problema, quando analisado adequadamente, que Marx quiz demonstrar. Segundo ele, ao se “acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro (...) desaparece o enigma do dinheiro” (Corazza, p. 54). Se o segredo de toda forma valor está contido na sua forma simples, que nada mais é do que uma relação quantitativa entre dois valores de uso, e se o dinheiro é uma forma do valor, segue-se que a definição do dinheiro não requer mais elementos do que as mercadorias sendo trocadas. Consequentemente, todos os elementos adicionais, sugeridos por Corazza e Carcanholo, são acréscimos indevidos aos conceitos do próprio Marx e apenas demonstram que a definição do dinheiro, que propõem, é diferente da de Marx. A demonstração aqui feita chama a atenção para o fato curioso de que autores marxistas esforcem-se em tornar novamente obscuro e enigmático um

tema cujo mistério Marx procurou desfazer, acompanhando o desenvolvimento do dinheiro desde a sua forma mais simples de manifestação, para mostrar que não se necessita elementos misteriosos ou sobrenaturais para compreendê-lo. Por este motivo a interpretação destes autores constitui um retrocesso em relação à elaboração teórica de Marx. A definição do dinheiro de Marx, exposta acima, coloca em evidência, em primeiro lugar, a gravidade da omissão, por Corazza e Carcanholo, da definição da forma do valor como simplesmente o valor de troca, que demonstra o fato de que o dinheiro nada mais é que o nome da mercadoria que constitui a forma do valor das demais, e em segundo lugar, mostra que esta omissão é que torna possível pretender, como Corazza, que o dinheiro seja uma essência imaterial, para a qual a natureza do suporte físico é irrelevante.

Para concluir esta seção deve-se apontar três contradições lógicas às quais Corazza foi conduzido pelas distorções conceituais que fez. Primeira: já vimos que Corazza define o dinheiro como forma do valor, mas concebe esta, contrariamente a Marx, como uma ‘essência imaterial’ transportada por um suporte físico qualquer. O dinheiro não é portanto o suporte físico, mas a ‘forma imaterial do valor’ por ele carregada. Em aberta contradição com isto, no entanto, Corazza afirma em seguida que o dinheiro, para Marx, entendido do modo exposto, não necessita possuir valor. Esta afirmação causa estupefação, não só por ser aberrantemente contrária às concepções de Marx, mas porque Corazza contraria abertamente o seu próprio e principal argumento: primeiro negou que o dinheiro seja uma mercadoria e o elevou à condição de ‘pura forma imaterial do valor’, ou seja, separando a forma do valor de qualquer substrato possuidor de valor; agora, nega que a própria ‘pura forma imaterial do valor’ (o dinheiro em si) possua valor! O que Corazza propõe é uma forma sem conteúdo, ou seja, que o valor possui uma forma que no entanto não é dotada de valor. Como pode então ser uma forma *do valor*?

Segunda contradição: após postular ser irrelevante a matéria que serve de ‘suporte material’ ao dinheiro, afirma, surpreendentemente, que “a função ‘medida dos valores’ não é desempenhada pelo valor intrínseco do dinheiro, mas pelo seu suporte material (...)” (Corazza, p. 50). Se é o ‘suporte material’ que mede os valores das mercadorias, como é possível afirmar que a natureza deste material é irrelevante? E se ele mede os valores, para que serve a ‘pura forma imaterial do valor’ - o dinheiro -, que também não possui valor, segundo Corazza? Ou seja, o ‘dinheiro’, ‘forma

imaterial do valor', é uma forma do valor que não possui valor e que não serve de medida de valor! E para concluir, o autor insiste que "para ser medida dos valores, o dinheiro não precisa ter valor intrínseco como mercadoria, e mesmo assim, continua sendo a encarnação do trabalho humano" (Ibidem, p. cit.). É difícil entender - e o autor não explicou - como o trabalho humano pode 'encarnar' em algo sem tê-lo produzido?

A fantasiosa hipótese da 'libertação da materialidade' do dinheiro

Corazza vai mais longe e atribui a Marx a concepção de que o dinheiro evolui em uma sucessão de formas, a partir da forma-mercadoria, que seria a primeira, em direção a formas cada vez mais imateriais, assegurando que Marx afirma isto em "muitas passagens da sua obra" (Ibidem, p. 46), mas em nenhuma das passagens que transcreve Marx o afirma. Neste caso é o próprio Corazza que esboça um rudimento de explicação para a suposta imaterialidade atual do dinheiro e a atribui a Marx. Isto é necessário à sua interpretação, pois a única demonstração da natureza do dinheiro, que encontra em Marx, claramente lhe atribui a materialidade de uma mercadoria. Segundo Corazza, porém, isto deve-se apenas ao fato de que "a gênese da forma dinheiro feita por Marx provém do confronto de duas mercadorias" (Ibidem, p. 47), o que é incorreto, pois a demonstração de Marx apenas se inicia com o confronto de duas mercadorias. Após a fase inicial da forma simples do valor, um número crescente de mercadorias entra na circulação à medida que as trocas se intensificam, resultando que a forma do valor evolui da forma 'simples', sucessivamente, para as formas 'total ou desdobrada', 'geral' e 'dinheiro' (OCI, pp. 54-70); e quando chega à forma dinheiro, que já se refere ao capitalismo desenvolvido e pressupõe que todos os produtos do trabalho converteram-se em mercadorias, continua a haver apenas e unicamente mercadorias sendo trocadas, sem que Marx tenha acrescentado à demonstração qualquer outro elemento. Em nenhuma passagem Marx se refere ao dinheiro mercadoria como 'primeira forma' histórica, nem faz a mais longínqua referência à possibilidade de que, na evolução do capitalismo, o dinheiro transite para formas *cada vez mais imateriais*. É incompreensível que, caso Marx tivesse tal entendimento, não o acrescentasse ao final da sua exposição da gênese do dinheiro. O motivo disto é, simplesmente, que o dinheiro, na teoria de Marx, é a forma desenvolvida do valor no capitalismo, e o é na figura de uma das mercadorias que compõem o universo mercantil do capitalismo, como demonstrei acima.

Por outro lado, caso Marx houvesse concebido uma evolução da forma dinheiro para formas imateriais, ele teria sido obrigado a apresentar as fases de tal evolução e as condições que motivariam a transição de uma fase a outra, e Corazza teria que expor esta demonstração de Marx. Corazza não o fez porque tal demonstração não existe na obra de Marx, e limita-se a falar vagamente em ‘formas cada vez mais livres da materialidade’ (Corazza, p. 47), que é uma frase sem sentido, pois ele não nos fornece, como deveria fazer, uma escala de graus decrescentes de materialidade - por exemplo, de 100% de ‘materialidade’, para apenas 50% de ‘materialidade’ e 50% de ‘imaterialidade’ e, finalmente, para 100% de ‘imaterialidade’ -, nem as circunstâncias que causariam cada transição. Sem tais especificações é impossível saber o que Corazza entende por ‘formas cada vez mais livres da materialidade’, ou o que seria o dinheiro composto de uma parte material e outra imaterial. O motivo da omissão de Corazza é evidente, e consiste no fato de que Marx não faz qualquer referência, por menor que seja, à suposta transição gradual do dinheiro da forma material para a imaterial, que Corazza lhe atribui. No entanto, uma vez que atribuiu a Marx tão extravagante proposição, deveria apresentar a sua fundamentação.

Um aspecto notável desta suposição de Corazza é a sua incoerência lógica. Ele afirma que para Marx o dinheiro é uma essência imaterial que apenas necessita de um suporte físico, qualquer que ele seja. Se o dinheiro é imaterial por definição, como afirma, é logicamente incoerente admitir a existência de uma evolução do dinheiro ‘na direção de uma libertação da materialidade’, pois a natureza do suporte físico é irrelevante, por decorrência da definição. Se o dinheiro é uma essência imaterial, segue-se que algo material não pode ser dinheiro, motivo pelo qual é também incoerente admitir a existência de uma fase de dinheiro-mercadoria, como Corazza faz. Mas, uma vez que afirma que o dinheiro passou a ser algo que não era, seria de esperar que fundamentasse os seus enunciados e esclarecesse as contradições entre estes.

A isto deve-se acrescentar alguns esclarecimentos relevantes. Em primeiro lugar, Marx efetivamente menciona fases históricas da evolução do equivalente de valor, mas referindo-se aos tipos de mercadorias que desempenham esta função na evolução da economia mercantil, desde a sua fase inicial até o capitalismo. O que Marx mostra é que no início esta função recai em uma determinada mercadoria de modo mais ou menos aleatório, mas à medida que o caráter mercantil da economia se expande, a

função de equivalente de valor migra gradualmente, em primeiro lugar de mercadorias de amplo consumo para mercadorias de menor utilidade imediata, e em segundo lugar, para mercadorias cujas características físico-químicas são cada vez mais compatíveis com o desempenho desta função, acabando por fixar-se nos metais e, entre estes, no que apresenta tais características no maior grau, que é o ouro (OCI, pp. 82-83).

Em segundo lugar, Marx mantém o conceito do dinheiro como uma mercadoria até o final da sua obra, o que pode ser ilustrado com afirmações inequívocas constantes dos últimos capítulos da seção V do OCIII, após toda a análise do sistema de crédito, do qual fazem parte o sistema bancário, o banco central, o dinheiro de crédito, etc., que demonstram que Marx não fez qualquer alteração no conceito do dinheiro como uma mercadoria. Se as formas de dinheiro de crédito - notas bancárias e depósitos -, são formas ‘mais imateriais’ do dinheiro e, segundo Corazza, mais desenvolvidas, por que Marx não fez qualquer referência a isto nesta longa seção, que trata precisamente dos instrumentos de circulação baseados no crédito, que substituem o dinheiro (=ouro) nas suas funções na esfera da circulação (mas não o substituem como equivalente geral de valor)? Por outro lado, se Marx realmente concebesse o dinheiro como ‘pura forma imaterial do valor’, como supõe Corazza, é surpreendente que não tenha feito qualquer referência a este aspecto absolutamente central do problema, ao fazer um balanço da sua teoria do valor e do dinheiro em seus últimos escritos. Com efeito, eis o que Marx escreveu sobre isto, nas *Glosas*, escritas menos de dois anos antes da sua morte:

“no desenvolvimento da *forma de valor da mercadoria* e na última instância da sua forma-dinheiro, e portanto do *dinheiro*, o *valor* de uma mercadoria manifesta-se no *valor de uso* de outra, isto é, na forma material da outra mercadoria” (Marx, 1966, p. 719, itálicos no original).

Note-se que nesta simples passagem Marx destrói dois argumentos fundamentais de Corazza. Por um lado, repete o que escreveu em toda a sua obra: que o valor de uma mercadoria manifesta-se no valor de uso da outra, “isto é, na *forma material* da outra mercadoria”, o que revela o absurdo de atribuir a Marx o conceito do dinheiro como ‘pura forma imaterial de valor’; por outro lado, Marx afirma que isto ocorre na *última instância* atingida no desenvolvimento da forma de valor, que é a forma-dinheiro. Se esta é a última instância do dinheiro, e nesta o valor de uma mercadoria ainda insiste em expressar-se na *forma material da outra mercadoria*, qual é a credibilidade da suposição de Corazza e Carcanholo, de que o dinheiro, segundo

Marx, “vai sempre na direção de uma libertação da materialidade”?

Em terceiro lugar, o fato de que o dinheiro é necessariamente uma mercadoria, ou seja, o fato de que o trabalho social - ou valor - deva representar-se em uma mercadoria constitui, para Marx, uma das contradições constituintes do capitalismo, da qual os capitalistas não conseguem libertar-se, apesar de continuamente se proporem a fazê-lo. Estes dois aspectos da teoria de Marx podem ser ilustrados pelas seguintes passagens da seção V de OCIII:

“com o desenvolvimento do sistema de crédito, a produção capitalista procura constantemente superar essa *barreira metálica* [o dinheiro - CMG] esse limite ao mesmo tempo *material* e fantástico da riqueza e de seu movimento, mas acaba sempre quebrando a cabeça contra esse obstáculo” (OCIII/2, p. 93). “Mas nunca se deve esquecer (...) que o dinheiro - na forma dos metais preciosos [ouro ou prata, conforme o país, na época de Marx - CMG] - constitui a base da qual o sistema de crédito, pela sua própria natureza, *nunca se pode desprender*” (Ibidem, p. 116). “O sistema bancário mostra, (...) mediante a substituição do dinheiro por diversas formas de crédito circulante, que o dinheiro (...) nada mais é que uma expressão particular do caráter social do trabalho e de seus produtos, mas que, em antítese à base da produção privada, *sempre tem de apresentar-se, em última instância, como uma coisa, uma mercadoria particular ao lado de outras mercadorias*” (Ibidem, p. 117, *itálicos acrescentados em todas as citações*).

Difícilmente se poderia exigir que Marx fosse mais explícito na definição do dinheiro como uma mercadoria, mesmo após passar pela análise de toda a complexa estrutura do capitalismo, sem atribuir ao dinheiro qualquer característica imaterial. Isto significa que, caso a teoria do dinheiro de Marx retrate adequadamente a realidade monetária do capitalismo, a postura de Corazza implica ignorar a contradição inerente ao fato de que o trabalho social deve ser representado necessariamente por uma mercadoria, e que esta contradição representa uma barreira que na prática só pode ser superada pela extinção do capitalismo. Neste sentido, negar este fato básico constitui um obstáculo à compreensão da natureza das contradições presentes no capitalismo contemporâneo, em especial no sistema de crédito desenvolvido.

Fundamentos teóricos do caráter de mercadoria do dinheiro

O exposto até aqui demonstra que, na sua definição rigorosa, o dinheiro, na teoria de Marx, é a mercadoria - e nada mais que uma mercadoria - que, na função de equivalente geral de valor, fornece o material no qual as mercadorias comuns representam os seus valores em uma forma material geral e separada dos seus valores de uso particulares, os quais constituem as formas naturais e específicas do valor. Deve-se agora expor sinteticamente a fundamentação teórica disto, isto é, o motivo

pelo qual o dinheiro deve ser uma mercadoria, tal como proposto por Marx. Para isto deve-se demonstrar que o dinheiro só pode expressar os valores das mercadorias com base no tempo de trabalho caso seja uma mercadoria. Há duas formas de demonstrá-lo, uma meramente técnica, baseada no conceito de medida, a outra teórica, baseada no conceito do trabalho social. O problema da medida não é tão simples quanto parece, mas aqui apenas se mencionará o argumento tecnicamente correto de Marx, ilustrado pela analogia da medida do peso dos corpos com a do valor das mercadorias. Do mesmo modo que os pesos dos corpos só podem ser medidos colocando-os em relação com um dado peso de um determinado corpo tomado como padrão, a medida dos valores requer que o padrão de medida também possua valor, isto é, seja uma mercadoria. Denominando p o peso padrão, o peso de um corpo contendo x vezes p será $xp/p=x$. Como relação, é um número que expressa a quantidade de padrões que cabem no objeto medido, sendo desnecessário conhecer a natureza intrínseca da característica medida, como o peso, no exemplo. Se um objeto pesa 5 quilos, significa apenas que, como peso, corresponde a cinco vezes o objeto-padrão, cujo nome meramente convencional é o quilograma, sem ser necessário definir a natureza intrínseca do peso.

O mesmo princípio aplica-se à medida do valor de uma mercadoria: é preciso que ela seja comparada com um objeto que também possua valor, característica apenas possuída por mercadorias. Assim como ocorre com o quilo, a quantidade da mercadoria tomada como padrão de valor pode receber um nome convencional, por exemplo 1 libra esterlina. Se o esterlino correspondesse a 10 g de ouro, dizer que uma mercadoria ‘vale’ 5 esterlinos significa apenas que ela contém 5 vezes a quantidade de valor contida na mercadoria-padrão de 10 g de ouro, sendo desnecessário conhecer a natureza intrínseca do valor, que só pode ser determinada pela investigação. A mercadoria utilizada como padrão de valor chama-se dinheiro, e a quantidade-padrão do dinheiro, como o esterlino, chama-se padrão de preços ou padrão monetário.

A demonstração teórica da necessidade de que o dinheiro seja uma mercadoria deve ser feita em dois passos. O primeiro passo consiste na exposição do conceito geral do trabalho social como fundamento da vida social, proposto inicialmente por Marx em *A ideologia alemã* e desenvolvido posteriormente nos *Grundrisse* (Germer, 2001). Este conceito geral pode ser sintetizado do seguinte modo. O fundamento da vida social é o trabalho social, entendido como organismo complexo de trabalhos

especializados diferentes que se combinam em uma estrutura de divisão social do trabalho, de tal modo que cada produtor fornece um ou poucos valores de uso ao coletivo social, dele recebendo, em troca, o que necessita. Nestas condições, a reprodução de cada sociedade depende crucialmente da existência de um mecanismo determinado através do qual o trabalho social e os produtos do trabalho são distribuídos entre os seus membros. Nas sociedades não mercantis tal mecanismo é representado por um plano elaborado com esta finalidade. Nas sociedades mercantis existe um mecanismo idêntico mas imperceptível aos seus membros, pois resulta do entrelaço caótico das iniciativas independentes e não planejadas dos seus integrantes. Este mecanismo expressa-se na lei do valor, que determina que as mercadorias são trocadas com base na equivalência dos seus valores, o que implica a equivalência dos tempos de trabalho social nelas contidos. Esta é a tese de Marx, cujo fundamento é sucintamente exposto a seguir.

Suponhamos que, dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho em uma sociedade mercantil, em determinado momento histórico, a subsistência de cada um dos seus membros requeira, em média, mercadorias resultantes de 10 horas de trabalho social. Isto implica, por um lado, que cada produtor deve trabalhar, em média, 10 horas diariamente e fornecer o produto correspondente à sociedade através do mercado e, por outro lado, que deve receber da sociedade, em contrapartida, o conjunto dos meios necessários à sua subsistência, que resultam de um total de 10 horas de trabalho social. Como este processo se dá por intermédio das trocas, é imediatamente evidente que cada produtor deve realizar uma troca entre duas somas de mercadorias correspondentes, em média, a 10 horas de trabalho social de cada lado, isto é, a troca deve basear-se na equivalência dos tempos de trabalho.

Como, porém, a troca não se dá com base na contabilização dos tempos de trabalho, nem pela troca dos dois conjuntos de mercadorias em bloco, a troca do produto total de cada produtor se pulveriza em certo número de pequenas trocas, cuja soma não chegaria à equivalência global caso as trocas se realizassem sempre por pares de mercadorias, pois seria impossível relacionar os termos de cada troca específica com a equivalência global de 10 horas. Esta dificuldade só pode ser resolvida se o produto diário de 10 horas de cada trabalho individual puder ser convertido no produto diário de 10 horas de um determinado trabalho individual - a

mercadoria-dinheiro -, tomado como representativo de 10 horas diárias de trabalho social. O fato de que representa 10 horas de trabalho é assegurado pelo fato de que a mercadoria-dinheiro produzida em 10 horas de trabalho deve permitir, pela troca, a subsistência do seu produtor nas condições sociais médias. O valor ou tempo de trabalho social que deve ser aplicado à produção de cada mercadoria que compõe o padrão médio de consumo de um indivíduo nesta sociedade - consequentemente também do produtor de ouro - é determinado pela fração do tempo diário que lhe cabe na distribuição das 10 horas entre o conjunto das mercadorias que compõem o padrão médio habitual de consumo individual.

Isto implica que cada unidade da mercadoria, produzida por um produtor em uma fração determinada das 10 h, deve ser trocada por outra(s) mercadoria(s) que contém o mesmo tempo. Mas como se trata do tempo de trabalho social e não particular, a troca direta de duas mercadorias não assegura esta equiparação. As duas mercadorias devem antes ser convertidas em expressões de trabalho social, isto é, em algo que represente o tempo médio de trabalho que a sociedade atribui à produção destas mercadorias, que pode ser maior ou menor que o tempo de trabalho gasto pelos produtores específicos das unidades específicas que estão sendo trocadas. Deste modo, quando a primeira mercadoria é trocada por certa quantidade da mercadoria-dinheiro e esta, em seguida, por uma quantidade determinada da segunda mercadoria, isto significa que ambas as mercadorias igualaram-se à mesma quantidade de uma terceira, e ao fazê-lo converteram-se em expressões do mesmo tempo de trabalho social, que é aquele contido na quantidade da mercadoria-dinheiro à qual se igualaram.

Não é necessário, nem possível, que os minutos ou horas de trabalho sejam contados para que a equivalência dos tempos de trabalho se verifique. Isto é feito indiretamente pela reação de cada produtor às oscilações das suas condições de sobrevivência, isto é, da sua capacidade de reproduzir-se integralmente como produtor, com base na troca do produto do seu trabalho, ajustando continuamente a sua produção às condições sociais médias de produção. Cada produtor o constata pela flutuação do poder de compra da sua receita de vendas. Se esta for insuficiente para a sua reprodução normal, ele interpreta isto como resultado de um ‘preço muito baixo’ da mercadoria que produz, o que traduz por sua vez - sem ser necessário que ele tenha consciência disto -, a existência de superprodução, isto é, de que há um excesso de

produtores neste ramo, de modo que a soma dos trabalhos individuais nele aplicados excede o tempo de trabalho social a ele destinado. Isto induzirá a transferência de alguns deles para outros ramos de produção, o que promove o ajustamento da soma de tempos individuais aplicados à produção desta mercadoria ao tempo social a ela destinado, o que corrigirá a relação de trocas destes produtores, restabelecendo suas condições de reprodução segundo a média social.

Trabalho particular e trabalho social

O segundo passo da demonstração teórica consiste em demonstrar a forma pela qual o conceito geral exposto acima se manifesta na economia mercantil. O ponto essencial é que a necessidade do equivalente geral de valor decorre do fato de que as mercadorias são produzidas por trabalhos particulares, que não representam, diretamente, trabalho social, isto é, os seus produtos não integram automaticamente o produto social. Entende-se por produto social aquele que atende necessidades sociais. Na economia mercantil um trabalho particular não equivale a trabalho social pelo mero fato de ter sido realizado e objetivado em um produto, pois cada trabalho particular decorre da iniciativa particular do produtor, não sendo determinado por um plano social que assegure, antecipadamente, que o seu produto é necessário para atender a uma necessidade social. Como já foi dito, nem a necessidade social nem a produção social são articuladas em um plano, na economia mercantil. Não havendo um plano social de produção que distribua previamente os trabalhos socialmente necessários entre os produtores particulares, o que conferiria antecipadamente a estes trabalhos particulares o caráter social, dispensando-os de reconhecimento posterior, segue-se que na economia mercantil o reconhecimento do caráter social do trabalho só pode ocorrer após este ter sido realizado. No entanto, não há a possibilidade de que um organismo burocrático reconheça o caráter social de um produto de um trabalho particular, antes que seja consumido, pregando-lhe um carimbo que o reconheça como social, pois não há um plano prévio que permita relacionar cada produto com a necessidade previamente identificada e dimensionada.

Nestas circunstâncias, o único meio através do qual o trabalho particular pode ser reconhecido como trabalho social é que o seu produto seja utilizado para satisfazer uma necessidade social através do consumo, e para isto ele deve chegar às mãos do seu consumidor, o que na economia mercantil só pode ser feito por intermédio da troca pelo produto de outro trabalho. Consequentemente, o reconhecimento do caráter

social do trabalho particular contido em um produto particular só pode dar-se através da troca deste último pelo produto do trabalho particular de outro produtor. Mas isto não pode realizar-se pela troca direta dos dois produtos de trabalhos particulares, pois esta troca não converte estes trabalhos particulares em trabalhos sociais. A troca entre dois produtores particulares caracteriza uma divisão do trabalho restrita aos dois, não caracteriza a divisão social do trabalho, que é o fundamento da economia mercantil. Para que um trabalho particular seja reconhecido como trabalho social ele deve poder ser permutado por qualquer outra forma de trabalho particular, não por apenas uma, pois a troca do produto de um trabalho particular pelo produto de outro trabalho particular não converte o primeiro em produto de trabalho social, converte-o apenas no produto de outro trabalho particular. No entanto, todas as mercadorias são produtos de trabalhos particulares, portanto toda troca direta de mercadorias é troca de trabalhos particulares e não fornece o fundamento para a conversão dos trabalhos particulares em trabalho social.

Por outro lado, na economia mercantil a troca é o único meio através do qual um produto de um trabalho particular pode converter-se em outra coisa. Mas a única coisa em que um produto de um trabalho particular pode converter-se é no produto de outro trabalho particular, pois o trabalho de cada produtor destina-se a obter, pela troca, os meios de consumo e de produção de que necessita para viver. Chegamos, deste modo, a um aparente impasse: por um lado, para ser reconhecido como social, o produto de um trabalho particular não pode ser trocado diretamente pelo produto de outro trabalho particular; por outro lado, cada produto de um trabalho particular só pode ser trocado pelo produto de outro trabalho particular. O impasse se resolveria apenas se existisse um produto de um trabalho particular que ingressasse na circulação na condição de produto direto do trabalho social, a fim de que os produtos de trabalhos particulares pudessem ser trocados por ele, de modo que os seus produtores, ao fazê-lo, tivessem transformado os produtos dos seus trabalhos particulares em um produto que representa o trabalho social e que, por esta razão, é por sua vez permutável pelo produto de qualquer outro trabalho particular. Um tal tipo de mercadoria não existe, porém, porque todos os trabalhos são trabalhos particulares, no entanto a viabilidade da economia mercantil depende da solução do impasse, e ela o gera espontaneamente na figura do produto de um trabalho particular - ou seja, uma mercadoria - erigida em representação direta do trabalho social. Consequentemente, cada produto de um trabalho particular, para ser reconhecido

como elemento do trabalho social, deve converter-se no produto de outro trabalho particular, mas de um trabalho particular específico, erigido em representante do trabalho social. Este produto de um trabalho que é simultaneamente particular e social é a mercadoria dinheiro. O que o dinheiro possui de específico é que é uma mercadoria aceita por todos em troca de qualquer outra. Assim, o que os agentes individuais da troca vêem nela não é o seu valor de uso específico, mas o seu valor de uso social como forma da permutabilidade geral de todas as mercadorias.

Em uma interpretação materialista esta duplicidade não pode ser atribuída à inventividade humana, mas deve expressar elementos presentes na realidade material. Com efeito, ela é possível porque o trabalho em sociedade possui, pela sua natureza intrínseca, uma dupla característica, é simultaneamente particular e social, isto é, cada produto destina-se a atender uma necessidade social, embora seja produto de um trabalho particular. Em economias não mercantis não há contradição entre ambos, uma vez que o trabalho particular de cada membro da sociedade é previamente determinado por um plano, sendo portanto intrinsecamente social (Marx, 1980, p. 112-3). Na economia mercantil, como se indicou, a inexistência de um plano prévio de produção e distribuição resulta da independência recíproca dos produtores, e implica uma aberta contradição entre os trabalhos particular e social, que constitui a contradição fundamental da economia mercantil e da sua forma desenvolvida, a economia capitalista. Esta contradição está instalada no interior de cada mercadoria, uma vez que o fato de ser produto de um trabalho particular não faz dela, automaticamente, produto do trabalho social, isto é, valor, de modo que o seu valor entra em contradição com o seu valor de uso. Para que a sociedade mercantil subsista, esta contradição deve ser resolvida, isto é, os trabalhos particular e social devem coincidir, ou seja, os trabalhos particulares devem contribuir para a reprodução do coletivo social. Mas a solução real da contradição - isto é, a sua eliminação - só pode dar-se por intermédio de um plano prévio de produção e distribuição. No entanto, um tal plano conflita abertamente com a propriedade privada independente que é o fundamento da economia mercantil, de modo que a contradição não pode ser resolvida enquanto o caráter mercantil da economia for mantido. Mas como a reprodução desta economia requer que haja uma coincidência entre os aspectos particular e social do trabalho, isto é, os trabalhos particulares devem ser expressões ou partes do trabalho social, segue-se que a contradição, não podendo ser resolvida, deve ser de algum modo contornada. Isto requer, como se indicou no parágrafo

anterior, que haja uma separação entre os aspectos particular e social do trabalho, de tal modo que o trabalho social adquira uma forma de existência independente dos trabalhos particulares em cujos produtos ambos estão intrinsecamente fundidos. É isto que é obtido pela emergência do dinheiro. Mas o dinheiro só pode superar a contradição porque os elementos para isto estão presentes na própria troca, caso contrário o sistema seria inviável.

Isto é o que Marx demonstrou na sua exposição do desenvolvimento da forma do valor, mostrando que na forma simples da relação de trocas - x mercadoria A = y mercadoria B - já se contém a base da solução do problema, na medida que nesta relação os valores de uso e de troca - ou os trabalhos particular e social - já estão separados, pois a mercadoria B fornece a forma material de expressão do valor da mercadoria A. Mas isto não é suficiente, pois é necessário que a mercadoria B deixe de ser a forma equivalente particular e ocasional de uma ou outra mercadoria e se converta na forma equivalente do valor de todas as mercadorias, isto é, se converta em equivalente geral de valor. Deve-se recordar que o trabalho social é o trabalho abstrato, que é a substância do valor, isto é, o trabalho entendido como mero dispêndio de energia física e mental, independente da sua forma concreta. Mas como na prática o trabalho abstrato só se apresenta na forma de produtos de trabalhos concretos - o trabalho do pedreiro, do metalúrgico, do agricultor, etc. - o trabalho abstrato como tal só pode ser expresso pelo produto de um trabalho concreto erigido em seu representante. Mentalmente, através da abstração, pode-se separar o trabalho, entendido como mero dispêndio de energia física e mental, das formas concretas nas quais ele é despendido em cada produção particular, e entende-se que a energia física e mental indiferenciada é o fundamento comum a todas as formas concretas em que é despendida (Marx, 1980, p. 110, 122-3). Mas na prática ambos os aspectos do trabalho produtivo estão fundidos em cada uma das diferentes mercadorias, ou seja, o trabalho abstrato sempre se apresenta sob a forma do produto de um trabalho concreto. Disto se segue que a única forma pela qual o trabalho social ou abstrato pode ter uma existência independente das formas concretas dos diferentes trabalhos, é através do produto de um trabalho concreto erigido em representante do trabalho abstrato. Disto decorre que o equivalente geral de valor deve ser, por necessidade lógica, uma mercadoria.

Equívocos metodológicos – indutivismo e idealismo

Por último deve-se caracterizar, sucintamente, dois equívocos metodológicos cruciais de Corazza na análise do caráter do dinheiro. O primeiro diz respeito ao seu ponto de partida, isto é, ao motivo que leva este autor, ao lado de outros, a pretender demonstrar que o dinheiro não necessita ser uma mercadoria, em clara oposição à concepção do dinheiro de Marx. O motivo, nem sempre declarado, consiste no fato de constatarem que os objetos que circulam atualmente sob o nome de dinheiro não são mercadorias. Esta constatação é importante, mas estes autores equivocam-se ao admitirem, sem qualquer questionamento, que os objetos que circulam sob o nome de *dinheiro* são efetivamente dinheiro. Como o admitem e ao mesmo tempo constatarem que não são mercadorias, sentem-se constrangidos ou a admitir que a teoria do dinheiro-mercadoria de Marx está errada, ou a tentar demonstrar que esta teoria não postula necessariamente que o dinheiro seja uma mercadoria. Ambas as alternativas são inócuas, pois se baseiam em procedimentos metodologicamente falhos.

O equívoco básico de Corazza, comum à maioria dos autores marxistas que negam o caráter de mercadoria do dinheiro, é o procedimento indutivo rudimentar que adota: sem a fundamentação teórica necessária, admite como verdadeira uma observação da realidade aparente, isto é, admite que os objetos que circulam atualmente sob o nome de *dinheiro* são efetivamente dinheiro. Ignora por completo o fato de que as formas aparentes de um fenômeno nem sempre coincidem com a sua essência, e frequentemente, como Marx alertou, até mesmo lhe são opostas. Deste modo, toma como ponto de partida da sua interpretação o que deveria ser o resultado - as formas aparentes de manifestação do dinheiro - ao invés de partir das mercadorias, que são o ponto de partida real, e analisar o desenvolvimento das trocas, processo do qual emerge o dinheiro. Sendo o ponto de partida de Corazza um fato de observação admitido como verdadeiro, ao invés de um resultado da reprodução teórica do real como totalidade, ele reduz-se a um axioma, um teorema não demonstrado, a partir do qual o autor procura reformular a teoria do dinheiro de Marx de modo a adequá-la ao axioma. O que causa espanto é o autor não notar que, ao fazê-lo, anula o esforço teórico de Marx, no sentido de chegar às formas aparentes do dinheiro - o padrão de preços, o papel-moeda estatal de curso forçado, o dinheiro de crédito em suas diferentes formas - a partir da conceituação do próprio dinheiro. Corazza procede com o dinheiro como Ricardo com a taxa de lucro média: ao converter em axioma a observação do fato aparente da igualdade das taxas de lucro, foi forçado a distorcer a sua própria teoria do valor a fim de adequá-la ao axioma. O procedimento correto, no

caso de Corazza, seria partir da teoria do dinheiro de Marx, complementada pela sua teoria do dinheiro de crédito, exposta longamente no OCIII, e verificar se os fenômenos monetários atuais se conformam à teoria ou a contradizem.

O segundo equívoco metodológico de Corazza é o modo idealista do seu raciocínio. Este, diferentemente do materialista, transforma uma abstração, que é um produto do pensamento elaborado a partir da experiência prática, na fonte dos objetos reais, quando na realidade é seu resultado. Do ponto de vista materialista o valor é uma abstração, isto é, resulta de um processo social através da qual a característica comum às mercadorias - de serem produtos do trabalho abstrato - é isolada e convertida em representação mental no conceito *valor*. Marx utiliza, para ilustrar a diferença entre as concepções idealista e materialista da abstração, o conceito de fruta, que, para o materialismo constitui, tal como o valor, a abstração mental de uma característica comum a um conjunto de diferentes objetos. A ‘fruta’, portanto, não existe como objeto real, mas apenas como representação mental da coleção de diferentes objetos possuidores da característica comum nela representada. O enfoque idealista, em contraste, concebe a representação abstrata ‘fruta’ como uma essência existente fora da mente e dos objetos reais e que neles se ‘encarna’, constituindo a *verdadeira* substância da laranja, da maçã, etc. Deste modo esta essência, que foi deduzida das frutas reais como abstração do que possuem em comum, é em seguida reintroduzida nelas, pelo pensamento especulativo, como se fosse sua verdadeira identidade imaterial, originada fora delas, sendo irrelevante a figura física palpável de cada fruta real. Assim a laranja, a maçã, etc., são reduzidas a meras formas de existência da ‘fruta’, isto é, as frutas reais são apenas diferentes *aparências* da ‘fruta’, que é sua verdadeira essência (Marx, 1973, p. 60).

Esta crítica de Marx à concepção idealista da abstração está sintetizada em um parágrafo, reproduzido abaixo, no qual, substituindo os termos de Marx, referentes à *fruta*, pelos termos de Corazza referentes ao *dinheiro*, obtemos uma reprodução quase literal da opinião idealista do último sobre a ‘essência’ do dinheiro. Os termos entre chaves pertencem ao texto original, e são substituídos, em seguida, conforme indicado acima, em letras destacadas. Deve-se ler primeiro o texto de Marx e em seguida substituir os termos entre chaves pelos referentes ao dinheiro:

“Se a partir [dos figos, maçãs, morangos, mangas] **do gado, do tabaco, do ouro** reais eu elaboro a representação geral [*‘fruta’*] *‘dinheiro’*, e se eu prossigo *e pretendo* que a minha representação abstrata [*‘a fruta’*] *‘o dinheiro’*, elaborada a partir [das frutas] **dos dinheiros** reais, constitui uma essência existente fora de mim, ou melhor,

constitui a essência *real* [dos figos, das maçãs] do tabaco, do ouro, etc., então afirmo - falando *especulativamente* - que ['a fruta'] 'o dinheiro' é a '*substância*' [dos figos, das maçãs, das mangas] do gado, do tabaco, do ouro, etc. (...) O essencial nestas coisas não é o seu modo de existência real, (...) mas a essência que eu extraí delas e em seguida lhes empurrei como seu fundamento, isto é, a essência da minha representação ['a fruta'] 'o dinheiro'. Afirmo então que [a maçã, o figo, a manga] o gado, o tabaco, o ouro, etc., são meras formas de existência, *modalidades* ['da fruta'] 'do dinheiro'. Meu entendimento limitado, apoiado nos sentidos, *distingue* efetivamente [uma maçã] o tabaco de um [figo] boi e um [figo] boi [de uma manga] do ouro, mas a minha razão especulativa afirma que esta diversidade sensível é inessencial e indiferente. Ela vê [na maçã] no tabaco *o mesmo* que no [figo] gado e no [figo] gado o mesmo que [na manga] no ouro, ou seja, ['a fruta'] 'o dinheiro'." (Marx, 1973, p. 60, *itálicos no original*).

Duas observações são necessárias. Primeiro, o dinheiro é um caso particular do processo de abstração, pois ele constitui uma 'abstração real', isto é, em que a característica comum ao conjunto de objetos que engloba é representada por um destes objetos. Neste caso a característica comum às mercadorias, de serem produtos do trabalho social, ou portadoras de valor, é representada em uma mercadoria particular, o equivalente geral de valor que se denomina dinheiro. O dinheiro fornece uma forma material independente ao valor, que na realidade prática não possui tal forma independente, do mesmo modo que a característica comum 'fruta' não existe como tal, independentemente das frutas particulares. No caso das mercadorias deve-se distinguir a abstração mental, que conduz ao conceito de valor, da abstração real, que é o dinheiro.

Em segundo lugar, o exposto permite apontar um equívoco formal no argumento de Corazza, que é a suposição implícita de que o dinheiro é uma abstração que representa um conjunto de objetos-dinheiro - gado, tabaco, ouro, etc. - cuja característica comum é a essência 'dinheiro'. Isto é um equívoco óbvio, pois o conjunto de objetos cuja característica comum o dinheiro representa são as mercadorias, e a característica comum a elas é possuírem valor, ou seja, serem produtos do trabalho abstrato. O fato de o valor não ter uma forma de existência material autônoma não decorre do fato de ser algo imaterial ou sobrenatural, como Corazza supõe, mas do fato trivial de representar, como exposto acima, um conceito ou abstração mental que expressa uma característica comum a um conjunto de objetos diferenciados fisicamente. O fato de o valor ter que adquirir uma forma palpável própria ou 'forma do valor' - a 'abstração real' - e de que esta tenha que representar-se em uma mercadoria, foi demonstrado nas seções anteriores.

Bibliografia

- CORAZZA, G.. Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária. *Revista Soc. Bras. de Economia Política*. Rio de Janeiro : 7 Letras, n. 3, p. 45-58, dezembro 1998.
- CARCANHOLO, R.A.. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. *Revista Soc. Bras. de Economia Política*, Rio de Janeiro : 7 Letras, n. 8, p. 26-45, junho 2001.
- GERMER, C.M. 'Economia monetária' ou 'economia capitalista'? Marx e Keynes sobre natureza do capitalismo. *Estudos Econômicos*. São Paulo : FIPE, v. 26, p. 51-81, Número Especial, 1996.
- GERMER, C.M. (1997a). Componentes estruturais da *teoria do dinheiro no capitalismo*. *Revista Soc. Bras. de Economia Política*, v. 1, n. 1, p. 106-33, 1997.
- GERMER, C.M. (1997b). O dinheiro de crédito e as funções do dinheiro no capitalismo. *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia*, v. 1, p. 336-56, 1997.
- GERMER, C.M. Elementos para uma crítica marxista do conceito de padrão-ouro. *Estudos Econômicos*. São Paulo : FIPE, Ano 29, n. 4, p. 575-600, out-dez 1999.
- GERMER, C.M. A relação abstrato/concreto no método da economia política. *VI Encontro Anual de Economia Política*. São Paulo, junho 2001.
- HEGEL, G.W.F. *Wissenschaft der Logik I ; Erster Teil: Die objektive Logik, Erstes Buch*. 2. Aufl. Frankfurt am Main : Suhrkamp Verlag, 1990. [Ciência da Lógica I. 1ª parte: A lógica objetiva, Livro I].
- INWOOD, M. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.
- LUXEMBURGO, R. (s/d). *Introdução à Economia Política*. São Paulo : Martins Fontes. Prefácio de Ernest Mandel.
- MARX, C. Glosas marginales al 'Tratado de economia politica', de Adolfo Wagner. In: MARX, C. *El Capital*, v. 1. 4ª. ed. México : Fondo de Cultura Económica, 1966, p.713-723.
- MARX, K. Das Geheimnis der spekulativen Konstruktion. [O segredo da construção especulativa]. In: ENGELS, F. und MARX, K. *Die Heilige Familie oder Kritik der kritischen Kritik : gegen Bruno Bauer und Konsorten*. Berlin : Dietz Verlag, 1973. [A sagrada família]
- MARX, K. *Ökonomische Manuskripte und Schriften 1858/61*. Text. (Zur Kritik der Politischen Ökonomie). Berlin : Dietz Verlag, 1980. Karl Marx Friedrich Engels Gesamtausgabe (MEGA), II/2. [Contribuição à crítica da economia política].
- MARX, K. *Das Kapital; Kritik der politischen Ökonomie, Band I / Mit einem Geleitwort von Karl Korsch*. Frankfurt/M : Ullstein Materialien, 1981. [*O Capital*, v. 1].

MARX, K. O Capital; crítica da economia política. 3 v., 5 t. São Paulo : Abril Cultural, 1983-1985.

PAULANI, L.M. Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito. São Paulo, FEA/USP. Tese de Doutorado. Mimeo, 1991.

Resumo

Um ponto polêmico na interpretação da teoria do dinheiro de Marx é se o dinheiro deve ou não consistir em uma mercadoria. Dois artigos recentemente publicados na *Revista da SEP* discutem o assunto com referências críticas específicas a artigos deste autor, publicados neste periódico e em outros. O presente artigo procura enfrentar as críticas dos artigos citados. Os objetivos do artigo são demonstrar que Marx, na sua teoria, explícita e inequivocamente define o dinheiro como uma mercadoria, não havendo possibilidade de interpretação diversa, e explicitar os fundamentos teóricos, propostos por Marx, para demonstrar a necessidade lógica de que o dinheiro seja uma mercadoria. O que se pretende é identificar a concepção de Marx sobre o caráter do dinheiro e seus fundamentos teóricos, e não se esta concepção é verdadeira ou falsa.